

O FUTURO INCERTO DE UMA PROFISSÃO

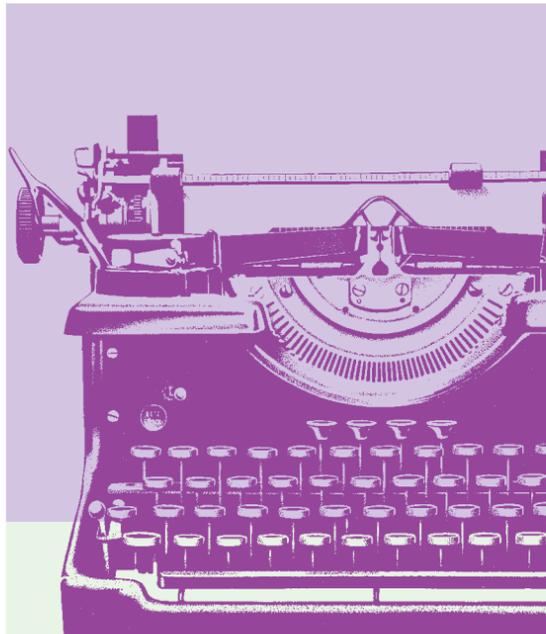
UNESCO defende criação de Faculdades de Jornalismo, mas diretrizes do MEC deturpam a proposta

Por Jacqueline Elise
e Marianne Bufalo *

“O desafio para qualquer jornalista é apresentar os fatos de um ângulo interessante e relevante. Isto exige habilidades avançadas de verificação de informações, adquiridas em experiências educacionais multi-disciplinares”. É com este preâmbulo que a UNESCO identificou, no começo de fevereiro em seu site, o arquivo em português com o novo Modelo Curricular da UNESCO para o ensino do jornalismo. O objetivo do documento é de enriquecer o debate acerca da necessidade de se criar uma Faculdade de Jornalismo no Brasil e pode ter grande importância na discussão envolvendo a retirada de tal curso do campo da Comunicação Social. O modelo foi traduzido recentemente para oito línguas.

Na descrição montada pela UNESCO, “o Modelo Curricular não pretende ser prescritivo, mas, sim, fornecer modelos para serem adaptados por educadores da área de Jornalismo para atender às necessidades locais conforme os recursos disponíveis”. A Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE) montou uma reunião para a discussão das medidas declaradas pela cátedra e incluiu em sua apresentação as medidas que o Ministério da Educação (MEC) desenvolveu para os novos cursos de Jornalismo, as chamadas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo, cujo relatório foi emitido em 2009. Muitos especialistas que antes eram a favor da união de cursos como Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas e outros em um mesmo campo de estudo agora apóiam a decisão recente. O professor Luiz Gonzaga Motta, que faz parte da Comissão de Especialistas envolvida no caso, acredita que “o jornalismo está em crise em todo o mundo. Crise originada pelas novas tecnologias, crise no negócio do jornalismo, nas práticas profissionais e nos conteúdos oferecidos. A crise traz desafios inéditos para a formação do jornalista”, como foi constatado na declaração da UNESCO. Outra especialista integrante da Comissão, Sonia Virginia Moreira, acrescenta: “A versão em português do “Modelo Curricular da UNESCO para o ensino do jornalismo” considera todos esses aspectos e chega a boa hora no Brasil, ao contribuir com elementos claros e precisos para o debate inadiável sobre os caminhos possíveis para a formação em um campo que se mantém relevante para a sociedade”. Porém, ainda há dúvidas sobre o que estas Diretrizes Curriculares significam e como funcionam, sem mencionar as alterações que trariam para todas as Faculdades de Comunicação Social que existem atualmente.

MEC e o Jornalismo – A comissão de especialistas nomeada pela Portaria MEC-SESU recebeu do Ministro Fernando Haddad a missão de repensar o ensino de jornalismo no contexto de



“ **TODO PUBLICITÁRIO, JORNALISTA, CINEASTA OU RELAÇÕES PÚBLICAS É, ANTES DE QUALQUER COISA, UM COMUNICADOR SOCIAL** ”
(GESTÃO DA ENECOS)

uma sociedade em processo de transformação. Trata-se do fenômeno decorrente do fortalecimento da democracia, no qual o jornalismo, assim como outras áreas de conhecimento, desempenha papel decisivo, informando a população e formando correntes de opinião.

Nesse contexto, a comissão empossada no dia 19 de fevereiro de 2009, sob a presidência do professor José Marques de Melo e integrada por Alfredo Vizeu, Carlos Chaparro, Eduardo Meditsch, Lucia Araújo e Sergio Mattos, além dos já citados Luiz Gonzaga Motta e Sonia Virginia Moreira; criou o texto “Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo - Relatório da Comissão de Especialistas instituída pelo Ministério da Educação”.

Diretrizes Curriculares são documentos em forma de decretos nacionais que decidem os elementos dos cursos de graduação nas universidades brasileiras. A partir disso, o curso de jornalismo é guiado pelas Diretrizes para a área de Comunicação Social, elaboradas em 2002 que prevê que independente de cursar Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, Rádio e TV, entre outras, todos terão uma formação comum de comunicadores sociais.

Porém, as diretrizes vêm para “contrapor” isso. Há algum tempo, o Ministério Público vem com a proposta de desmembrar as habilitações de Comunicação Social e criar cursos separados por acreditar justamente que não existe esse tronco



Fotos: Reprodução



comum que unifica os possíveis comunicadores.

Foram realizadas três audiências públicas abertas à participação de todos os agentes dos processos jornalísticos: no Rio de Janeiro professores, estudantes, pesquisadores, dirigentes de escolas, cursos, departamentos de ensino e pesquisa; no Recife, contou-se com a participação da comunidade profissional, representada pelas organizações sindicais ou corporativas: empresas, setor público e terceiro setor; em São Paulo manifestaram-se lideranças e representantes da sociedade civil organizada: advogados, educadores, religiosos, psicólogos, ecologistas e outros segmentos comunitários. Porém, é importante levar em conta que essas audiências tiveram um caráter mais expositivo, onde a ideia foi apresentada e colocada como uma decisão já tomada, e pouco, de fato, foi argumentado ou contra-argumentado. Para o MEC, separar o jornalismo da área de Comunicação Social resulta em uma formação mais técnica, padronizada, pouco crítica e voltada ao “comercial”, o que foge da intenção da função para qual a universidade foi criada além dos cursos de muitas faculdades.

Diretrizes – As iniciativas recomendadas para a melhoria dos cursos de graduação, no contexto das novas regras para o exercício profissional determinadas pelo MEC, enfatizam pontos principais da graduação para Jornalismo, como a

organização do curso, as matérias que nele serão estudadas, a formação do indivíduo e o estágio. Porém, dentro destes conceitos, há propostas que são constantemente estranhadas por estudiosos e estudantes de Comunicação Social.

Algumas propostas mostram medidas relevantes, porém certos pontos podem levantar preocupação. Por exemplo, é possível notar medidas importantes como:

- Ter como eixo do desenvolvimento curricular as necessidades de informação e de expressão dialógica dos indivíduos e da sociedade;
- Promover a integração teoria/prática e a interdisciplinaridade entre os eixos de desenvolvimento curricular;
- Propiciar a interação permanente do aluno com fontes, profissionais e públicos do jornalismo desde o início de sua formação, estimulando o aluno a lidar com problemas reais, assumindo responsabilidades crescentes compatíveis com seu grau de autonomia.

Em contrapartida, surgem três tópicos que podem gerar dúvidas, como estes:

- Inserir precocemente o aluno em atividades didáticas relevantes para a sua futura vida profissional;
- Regulamentação das atividades de estágio curricular supervisionado, contendo suas diferentes formas e condições de realização;
- Dar ênfase ao espírito empreendedor e ao domínio científico que gerem pesquisas ao conceber executar e avaliar projetos inovadores capazes de dar conta das exigências contemporâneas e de ampliar a atuação profissional a novos campos, projetando a função social da profissão em contextos ainda não delineados no presente.

Ao mesmo tempo em que o MEC apresenta medidas essenciais para um curso de graduação, especialmente na graduação em Jornalismo, ele também coloca argumentos que põem em cheque a real intenção das Diretrizes Curriculares. Ao longo do texto é dada a ênfase de que o jornalista deve ter uma graduação humanista de certo modo, e tal ponto também está de acordo com o "Modelo curricular da UNESCO para o ensino do jornalismo". *Mas a última frase extraída mostra que, talvez, a intenção real de toda a mudan-*

ça seja para torná-lo mais técnico e menos 'pensante'. Outro momento em que as diretrizes pecam é quando diz que o aluno deve ser inserido precocemente nas atividades do ramo jornalístico sem dar maiores explicações sobre o que isto implica no projeto pedagógico. E, para finalizar, o último ponto enfatiza a necessidade de um "estágio supervisionado", sem apresentar soluções ou sugestões para que isso aconteça e seja eficaz.

Opiniões – Na finalização do documento, há uma grande ênfase na ideia de que é necessária uma "competência específica exigida para exercer a responsabilidade social do Jornalismo, recomendada uma formação fundamentada na ética, na competência técnica, no discernimento social e na capacidade crítica, habilidades que só podem ser adquiridas em uma sólida formação superior própria".

Em 2009, após a apresentação das medidas, o professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) Afonso Albuquerque se manifestou juntamente com o professor da Universidade Estadual do Rio De Janeiro (UERJ) Erick Felinto sobre o assunto e ambos acreditam que tal discussão ainda não está terminada. Felinto problematiza: "O que me parece realmente assustador é a concepção de comunicação (bem como da produção do conhecimento e da formação universitária) que estrutura essa reforma. Em primeiro lugar, essa concepção essencializa realidades histórica e culturalmente determinadas, como o jornalismo ou o cinema, transformando-as em idéias platônicas". Albuquerque acredita que "o verdadeiro objetivo da reforma é deter a evolução da formação superior em comunicação. Evolução inevitável, dado que as coisas estão mudando, e estão mudando rapidamente. Querer parar a história a golpes de burocracia é algo que nunca dá certo".

Para a Enecos (Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social), a posição estabelecida sobre este assunto é a que "todo publicitário, jornalista, cineasta ou relações públicas é, antes de qualquer coisa, um comunicador social. Logo, o profissional não deixa de ser comunicador social para se tornar um jornalista, ou deixa de ser um jornalista para se tornar um comunicador social. Os dois coexistem na figura do trabalhador da comunicação de maneira simultânea. Essa coexistência deve existir não só no jornalista, mas em todas as outras habilitações da comunicação social". E ainda acrescentam: "Precisamos de uma formação mais ampla e mais cuidadosa com nossos comunicadores sociais. Um curso que dê ao estudante a capacidade de entender a função social de sua profissão, que possa capacitá-lo a dominar e refletir sobre suas técnicas além de proporcioná-los a vivência junto à sociedade é extremamente importante e devemos lutar por ele". A discussão provavelmente será retomada no dia 5 de junho, quando ocorrer a próxima reunião do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Em suma, fica claro que as novas Diretrizes do MEC flertam com a pós-modernidade e suas características, o que pode não significar algo ruim se for balanceada com uma formação humanista para jornalistas. Porém, pelo que foi apresentado durante a leitura do documento, ainda há traços fortes de uma grande "comercialização" do curso e algumas instâncias soam confusas e talvez equivocadas dependendo do ponto de vista, fato que pode ser disfarçado a partir de outras medidas mencionadas no mesmo texto. Cabe não apenas ao MEC e à UNESCO decidirem que rumo tomar nesta decisão, mas a todos envolvidos no processo como estudantes e futuros profissionais.

* Colaboração de Ana Carolina Andrade

“**É PRECISO CONHECER A HISTÓRIA, AS CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS DE UM DETERMINADO FATO PARA QUE A PRÁTICA JORNALÍSTICA SEJA A MELHOR POSSÍVEL. E SENDO ASSIM, UM CURSO DE JORNALISMO PRECISA ENCONTRAR ESSE EQUILÍBRIO. TER BONS PROFESSORES, COM AULAS DE TEORIA RICAS EM CONTEÚDO INTELLECTUAL E A EXPERIMENTAÇÃO DO JORNALISMO POR MEIO DAS AULAS DE LABORATÓRIO**”

(DIRCEU DE MELLO)



Reprodução

Opiniões da reitora da PUC-SP

Em entrevista ao **Contraponto**, o reitor da PUC-SP, Dirceu de Mello, afirmou ter se surpreendido com a cátedra da UNESCO com a finalidade de criar uma faculdade específica de jornalismo, uma vez que a idéia de uma faculdade separada da FAFICLA (Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes, antiga Comfil) já fazia parte do debatido entre professores do Departamento de Jornalismo da PUC-SP na campanha do atual reitor.

Quando questionado sobre o que um curso de jornalismo precisa para formar um bom profissional, Dirceu respondeu e lembrou os moldes do antigo jornalismo: "Antigamente o jornalista não tinha quase nada de teoria. Ia trabalhar em um jornal e pronto. Ele só aprendia na prática, o que de certo modo ocasionava uma grande lacuna quanto aos conceitos teóricos que seriam necessários para uma formação crítica e bem fundamentada. Um bom profissional precisa conhecer a fundo do que fala, por isso a teoria se faz tão necessária. É preciso conhecer a história, as causas e conseqüências de um determinado fato para que a prática jornalística seja a melhor possível. E sendo assim, um curso de jornalismo precisa encontrar esse equilíbrio. Ter bons professores, com aulas de teoria ricas em conteúdo intelectual e a experimentação do jornalismo por meio das aulas de laboratório, por exemplo."

Um dos compromettimentos de Dirceu durante as últimas eleições para reitor foi a criação de uma faculdade de Jornalismo, o que excluiria este curso da FAFICLA. Ele informou que a situação desse projeto se encontra em andamento e de antemão avisou: "Isso não depende só de mim. Há uma série de passos a serem dados, para que isso de fato ocorra e seja aprovado."

Segundo Dirceu, os passos para a criação de uma faculdade de jornalismo na PUC-SP são diversos, contando com a manifestação e aprovação de alguns conselhos da universidade, como da Pró-Reitora de Graduação, do Departamento de Jornalismo, do Conselho da Faculdade, do Conselho Superior de Administração (Consad), entre outros. A manifestação do Conselho da Faculdade, já não foi favorável, mas segundo o reitor isto não tem significado definitivo. O Contraponto procurou a direção da faculdade, responsável também pelo Conselho da Faculdade, mas a entrevista não pôde ser marcada devido à indisponibilidade da responsável.

O reitor enfatizou ainda que com a preocupação da UNESCO no assunto, a situação ficará mais favorável. Quando foi indagado se levaria o projeto adiante mesmo sem a aprovação da diretora da FAFICLA, ele respondeu que "certas coisas não se dizem, mas é questão de intuir e concluir".